GAZETA MERCANTIL 12 JAN 1987

Presidente mostra ...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

— ou o estágio mais retrógrado — do anarquismo comunista.

Na sua biografia consta, pelo menos, uma ativa participação em uma conspiração de direita que, nos idos de 1964, foi "vendida" ao público como a solução para o suposto anarquismo de um governo constitucional: o golpe militar contra o presidente João Goulart. Amato coletou fundos para a campanha e secretariou muitas reuniões entre empresários e militares que conspiravam, na época, em vários lugares, inclusive na sede da FIESP.

Desde dezembro, Amato tem adotado um discurso cada vez mais distante e crítico ao governo, pressionando pelo rápido descongelamento dos preços. "Em uma economia como a do Brasil, que não é socialista nem centralmente planificada, medidas que vão contra a natureza da economia de mercado só podem ser tomadas por um período determinado" — argumentava, em discurso numa solenidade de fim de ano, e acrescentava: "Se essas medidas forem adotadas para durar sempre, os que as defendem devem assumir que estão mudando o sistema. E aí o povo tem que ser consultado".

Ainda no mês passado, Amato criou uma espécie de "fórum" informal de líderes empresariais paulistas: reproduziu a nível regional a estrutura da União Brasileira dos Empresários (UBE), uma central única empresarial que agrega líderes da indústria, comércio, finanças e agricultura. O primeiro produto dessa união foi o documento enviado ao presidente Sarney, na semana passada, pedindo revisão dos postulados básicos do Plano Cruzado.

Há, no âmbito do governo federal, o consenso de que se arma, a partir da elite empresarial paulista, um movimento contra a política econômica, de objetivos políticos muito específicos (veja box). Tal crença se estende da Fazenda ao Palácio do Planalto, passando por ministérios militares, bem como órgãos de informação. O presidente Sarney, na sexta-feira, foi claro. "Dia e noite semeia-se o desânimo e anuncia-se o desastre (...). Ninguém vai desestabilizar o governo. Para isso, nós contamos com o apoio do povo brasileiro."

Amato já tinha ouvido idênticas palavras do próprio ministro Dilson Funaro, no prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília, em meados da semana passada. Uma das testemunhas do encontro relata que ele foi marcado por um tom extremamente áspero, usado pelo ministro, que acenou com retaliações imediatas a qualquer tentativa oblíqua de empresários, na direção da desestabilização do governo. Amato, conforme esse relato, acabou assegurando a Funaro que havia sido mal interpretado por toda a imprensa.

O objetivo seria desestabilizar

por Celso Pinto
de Brasília

A agressividade das críticas dos empresários ao governo, cristalizada no documento entregue nesta semana em Brasília, tem sido interpretada, no Ministério da Fazenda, como embutindo o velado desejo de desestabilizar o presidente Sarney.

Entende-se que, ao criar um clima de desobediência, os empresários, ou um grupo articulado entre eles, estariam imaginando forçar a convocação de eleições presidenciais já em novembro deste ano. Como o PMDB estaria enfraquecido pelos problemas econômicos, haveria uma chance da volta dos conservadores ao poder. Os que formulam a teoria não indicam, contudo, maiores evidências para respaldá-la.

Assessores da Fazenda estão trabalhando numa resposta longa e detalhada ao documento crítico dos empresários. Caberá ao presidente decidir-se por sua eventual divulgação.

Presidente mostra a sua face dura

por José Casado
de São Paulo

Raras vezes na história um chefe de governo criticou de forma tão direta as lideranças do empresariado como fez o presidente José Sarney, na sexta-feira. Em seu programa semanal no rádio, Sarney mostrou uma face do poder que o público até então desconhecia: o momento em que um presidente se irrita.

Ele foi ácido: "Dirigentes empresariais, dirigentes empresariais", repetiu, "no momento em que se procura consolidar o estado de direito no Brasil, o regime da lei, pregam a desobediência civil, a anarquia e passam a ser aliados daquela coisa do século passado, que é ser aliada do Bakunin".

Foi sua resposta à advertência ao governo, feita no começo da semana, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, que antevê a iminência de um ato de "desobediência civil" dos industriais em relação à política de preços.

Na prática, em alguns setores, isso já está ocorrendo, conforme constatou a própria FIESP, em recente levantamento, e, também, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que produziu um relatório para o presidente da República.

Amato, que ganhou notoriedade entre seus pares por suas posturas conciliadoras, recolheu-se ao seu sítio, no interior, no fim de semana, evitando comentários. Mas é certo que, com uma única frase, ele conseguiu produzir uma crise nas já frágeis relações governo—empresários. Ministros militares, por exemplo, queixaram-se ao presidente, depois de ler a declaração de Amato e de tomar conhecimento do teor de um documento crítico à política econômica, por ele articulado junto a outros seis presidentes de entidades empresariais de São Paulo.

Aos 64 anos, o presidente da FIESP está, na realidade, longe de ser um autêntico aliado de Bakunin, o célebre teórico do anarquismo coletivista, que alguns autores classificam como uma subcategoria

(Continua na página 3)